

PROGRESSO TECNOLÓGICO, “MODERNIZAÇÃO” TRABALHISTA E DESENVOLVIMENTO PARA OS TRABALHADORES: QUAIS E PARA QUEM SÃO AS POSSIBILIDADES?¹

Gabriel Quatrochi²
Pedro Almeida³

Introdução

Aprovada na histórica votação de 11/07/2017 e prestes a se fazer valer, em novembro próximo, a “Modernização” Trabalhista, como é chamada pelo próprio Governo, se apresenta ao Brasil como uma necessidade imperiosa de adequação do arcabouço legislativo do trabalho, cujo principal argumento que atesta o senso de urgência reside, justamente, nas *mudanças tecnológicas* que, sendo irrefutáveis na esfera produtiva e mesmo nas relações sociais contemporâneas, tornam a Consolidação das Leis Trabalhistas do país, supostamente, ultrapassadas e inadequadas⁴ à “ponte para o futuro” colocada como a garantia de reversão da situação caótica e de crise enfrentada pela economia brasileira nos últimos anos.

Para John Maynard Keynes, em *Economic Possibilities for Our Grandchildren*⁵, essas mesmas mudanças tecnológicas eram, simultaneamente, as *causas* do desemprego característico à época em que escreve o ensaio, no ano de 1930, e também os *efeitos* que garantiriam, cem anos mais tarde, a emancipação do homem ao seu resquício smithiano e, assim, a efetivação das possibilidades preditas pelo autor. Inquietante e impossível repassar por tais “Possibilidades”, no atual contexto político e econômico do país, aos quase cem anos completos de seus virtuosos presságios, e não se questionar, ainda que sem pretensão de resposta, se o progresso tecnológico, inexorável ao ainda atual

1 Agradecemos nossos professores Célio Hiratuka e Pedro Paulo Z. Bastos pelas reflexões em sala de aula e pela indicação bibliográfica. Contudo, nos responsabilizamos por quaisquer eventuais equívocos de formulação contidos neste ensaio.

2 IE-UNICAMP.

3 IE-UNICAMP.

4 O argumento da CLT ultrapassada e inadequada encontra-se em diversos trechos da redação original do próprio relatório da Reforma, disponível em <https://www.poder360.com.br/wp-content/uploads/2017/04/relatorio-reforma-Trabalhista.pdf>.

5 “Em 1930, em meio à comoção da Crise de 1929, Keynes publica na *Nation and Athenaeum* um ensaio intitulado *Economic Possibilities for Our Grandchildren*” (FRACALANZA; CORAZZA, 2013, p. 79) – ante a, por um lado, se afastar do pessimismo revolucionário e, por outro lado, do pessimismo conservador (FRACALANZA; CORAZZA, 2013). “Dois anos antes, Keynes já havia apresentado uma conferência sobre esse tema para uma audiência de graduandos de Cambridge. Seu alvo era claro: Keynes observava com preocupação a inclinação de muitos de seus pupilos para o socialismo, que se lhes afigurava como uma promissora alternativa de construção de uma nova ordem social mais justa e potencialmente mais libertária” (idem, p. 80). Especificamente a este ensaio do autor que se refere a presente elaboração.

modo de produção e reprodução capitalista da vida, caminha para, enquanto trabalhadores, nos libertar *verdadeiramente*⁶ ou para nos “libertar” enquanto base miserável⁷.

As possibilidades auguradas por Keynes

Um dos mais aclamados economistas do século passado em um de seus escritos no ano de 1930, teve como objetivo prever as possibilidades do nível de nossa vida econômica em um futuro distante – cem anos após seu escrito para sermos mais exato⁸. Não vivemos hoje o momento *good-life* que Keynes predisse e as possibilidades econômicas auguradas não vêm se materializando nas relações sociais de produção capitalista, após oitenta e sete anos de seu ensaio, o que nos faz retornar ao autor e nos convenceremos sobre a impossibilidade de seus prognósticos. Contudo, *Economic Possibilities for Our Grandchildren*, foi sem dúvidas um dos atos mais audaciosos que um economista possa ambicionar fazer, e este ato não deve ser encarado hoje como falsas esperanças possibilitadas pelo autor, pois seu presságio em forma de ensaio dependeria dos caminhos que a humanidade eventualmente percorreria⁹.

Neste ensaio, Keynes auspiciou que, as contínuas revoluções no processo de trabalho – mais especificamente as revoluções nos métodos de trabalho – e os avanços das forças produtivas sob a égide do capitalismo, trariam, por um lado, a verdadeira liberdade à humanidade, solucionando seu problema econômico: *a luta pela sobrevivência* diante do trabalho. E, por outro lado, o autor não deixava de observar no progresso técnico o “desemprego tecnológico” como algo temporário em sua época, ou seja, o “desemprego tecnológico” como dores de transformações intensas e rápidas, que logo tratariam de se amenizar e se ajustar.

O caminho que tem como destino à felicidade econômica deveria ser guiado pelo crescimento demográfico estável, pela obstinação de evitar guerras e divergências civis, pelo empenho de confiar à ciência objetos que são dela e por uma taxa de acumulação fixada pelo limite entre a produção e o consumo da humanidade. Podem surgir percalços entre a taça e os lábios, dado o caminho à felicidade econômica e a bebida que a estimula, e Keynes

6 Entendido no sentido originalmente empregado por Keynes (1930, p. 321-332, grifos do autor): “In a quite few years – in our own lifetimes I mean – we may be able to perform all the operations of agriculture, mining and manufacture with a quarter of the human effort to which we have been accustomed. (...) All this means in the long run *that mankind is solving its economic problem*. (...) I see us free, therefore, to return to some of the most sure and certain principles of religion and traditional virtue – that avarice is a vice, that the exaction of usury is a misdemeanour, and the love of money is detestable (...). We shall honour those who can teach us how to pluck the hour and the day virtuously and well, the delightful people who are capable of taking direct enjoyment in things, the lilies of the field who toil not, neither do they spin”.

7 Menção a conhecida referência marxista do tempo de trabalho como base miserável para reprodução do capital em seu processo de valorização, e à “liberdade” afamada incansavelmente nos discursos de defesa da “Modernização” Trabalhista, e na redação do próprio texto aprovado, no sentido da “liberdade” conferida ao trabalhador, quando este passa a ter autonomia na modulação de sua jornada e ao tornar-se gestor do seu próprio tempo de trabalho, em regimes como o contrato de trabalho intermitente, o teletrabalho e o regime de contratação autônomo, por exemplo.

8 Após observar de maneira animada alguns aspectos da economia durante um momento bastante conturbado para o capitalismo – no final dos anos de 1920 e início dos anos de 1930 –, o padrão de vida, segundo Keynes (1930), em progressivos países, estaria entre quatro e oito vezes mais alto, cem anos após seu ensaio do ano de 1930.

9 Ver em Fracalanza e Corazza, 2013.

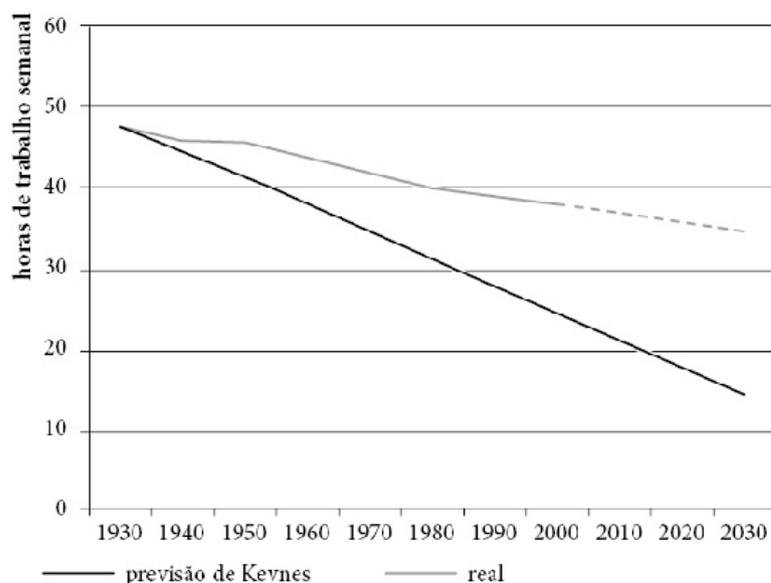
não negava isso. Todavia, de modo geral, as melhorias técnicas e a capacidade do capital em se acumular, trariam as bases objetivas para a verdadeira liberdade à humanidade – e com isso, de certo modo, adviria o melhoramento nas jornadas de trabalho, bem como na vida econômica dos trabalhadores.

Por fim, se tais possibilidades se solidificassem, a humanidade se libertaria de seu problema econômico, o “amor ao dinheiro” se desvaneceria e o propósito da humanidade seria a preocupação de nossas ações perante ao futuro. Não é o que vemos hoje. Apesar das potencialidades do modo de produção capitalista terem gerado grandes avanços econômicos e tecnológicos, os frutos dos avanços não foram de todo transferido à vida econômica e social da classe trabalhadora por questões políticas e culturais, e isso se entrelaça ao pessimismo que voltou a nos assolar nos tempos recentes. A dissociação entre a jornada de trabalho real e a prevista por Keynes, a avareza, usura e precaução ainda como nossos deuses nas economias capitalistas, bem como o rebaixamento do nível tradicional de vida dos trabalhadores e o aumento à longo prazo das desigualdades sociais, vem sendo constantemente reforçados como valores que tecem nossas sociedades.

Falhas na previsão do autor com relação ao trabalho

Para iniciar, apresentamos o gráfico abaixo que compara as projeções das horas de trabalho semanais, feitas por Keynes (1930), às realmente observadas até meados de 2007, a partir de onde se traça uma projeção até os cem anos mencionados pelo autor. Os dados consideram as horas de trabalho nos países ricos.

Gráfico 1: Horas de trabalho semanais (1930-2030), previsão de Keynes x real e projeção.



O primeiro aspecto a se pensar é que, mantendo sua defesa do primeiro postulado neoclássico acerca da oferta e demanda por trabalho – a de que os rendimentos do trabalho correspondam à sua produtividade marginal, que é decrescente (KEYNES, 1936) – logo, as previsões do autor estão baseadas em que, conforme crescesse a produtividade das sociedades, o rendimento do trabalho, que possui utilidade marginal também decrescente, libertaria, gradativamente, as pessoas das horas de trabalho, de modo que, à medida que essas sociedades tornassem-se mais ricas, optariam, cada vez mais, pelo lazer ao maior rendimento. Isso leva o autor a presumir que o cenário de queda das horas de trabalho à sua época, notadamente entre 1870 e 1930, e que no ensaio de 1930 o autor atribui à questão do progresso tecnológico em curso, perseguiriam pelos próximos anos. Assim, “em 1930 as pessoas no mundo industrial trabalhavam cerca de 50 horas semanais. Hoje, trabalham 44 horas por semana. Pelos cálculos de Keynes, nesse momento devíamos estar perto das 15 horas de trabalho semanal, se não estivéssemos já lá” (SKIDELSKY; SKIDELSKY, 2012, p. 32).

De fato, quando se olha ao atual estado das coisas, a realidade é bem diferente. Se por um lado, Keynes via na acumulação de capital e no progresso técnico a superação do homem ao seu problema econômico e a *satisfação do velho Adam que existe em nós*, por outro, o discurso e a prática política da austeridade no pós-crise de 2008, difundidos por todo o mundo, e sem dúvidas no Brasil, parecem remeter apenas a uma transferência do que é, *hoje*, o controle e a abstenção – afinal tão honráveis à burguesia dos tempos de Smith e dos nossos – que supostamente se fazem de tamanha primazia ao não tão velho problema da escassez econômica. Se por um lado, o problema do *desemprego tecnológico* – “*temporário*”, e inerente ao progresso tecnológico que apontava para Keynes como a *garantia da realização das operações na agricultura, mineração e manufatura com um quarto de esforço humano então necessários*, constituindo uma das principais vias de emancipação do homem ao trabalho e ao gozo do seu tempo de lazer para que viva *sabiamente, agradavelmente e bem*, por outro, parece ser o mesmo desemprego que permanece e que embasa as correspondentes e ditas “modernizações” trabalhistas que, ao tornar o trabalhador “livre” da sua qualidade de empregado (autônomo), “gestor da sua própria jornada” (intermitente) e com “maior tempo livre e doméstico” (teletrabalho)¹⁰, garantiriam também a superação do não tão velho problema do desemprego e do tempo excessivo dedicado ao trabalho. Cabe perguntar se tais “modernizações” seriam, *hoje*, acompanhadas dos rendimentos que Keynes julgava suficientes¹¹ ao gozo de uma vida no mínimo decente, para nem dizer “boa” – a experiência dos países que já há algum tempo “modernizaram” suas relações de trabalho parece apontar que não¹².

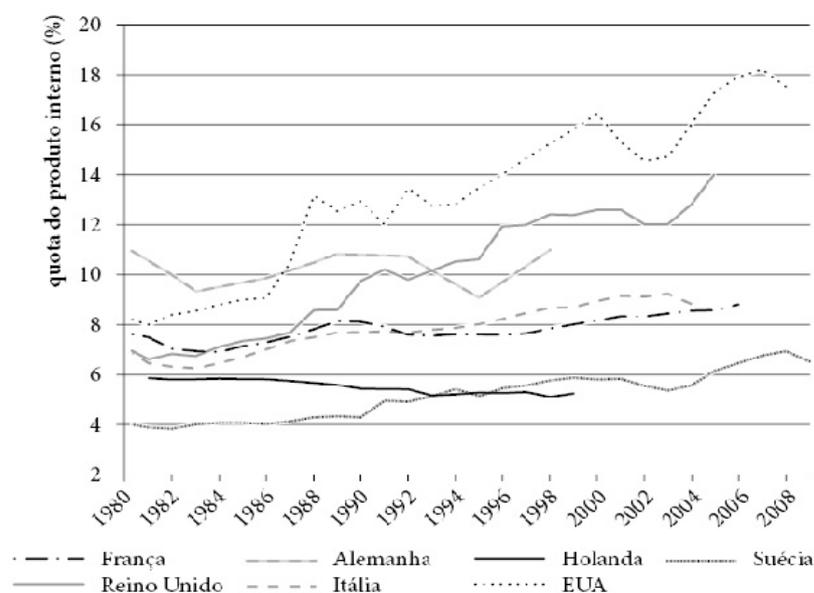
10 As interpretações, em particular, dessas três novas modalidades de trabalho sancionadas pela “Reforma” com base em (GT Reforma Trabalhista, 2017).

11 Nos valores atuais, 66 mil dólares/ano, segundo cálculos feitos por Skidelsky (2012).

12 A título de exemplos, sobre as reformas colombianas de 1990 e 2002, em Castro (2003), e sobre o caso francês, em Ires (2005).

Evidentemente, o curso da história da própria dinâmica econômica, notadamente diferente da época de Keynes a de hoje, explica muitos dos fatores pelos quais suas possibilidades parecem, pelo menos até o momento, terem-se frustrado. A primeira e mais latente, aponta Skidelsky e Skidelsky (2012), relaciona-se à apropriação dos frutos desse progresso técnico – a concentração de renda (gráfico abaixo). Tem-se que nos EUA dos anos 1970, quando o ordenado de um diretor-geral de uma grande empresa superava em 30 vezes a média dos trabalhadores, hoje, essa diferença é de 263 vezes. Na Grã-Bretanha dos anos 2000 esse mesmo diretor-geral recebia o equivalente a 47 vezes a média dos salários dos trabalhadores, em 2010 a grandeza dessa diferença já era de 81 vezes a média.

Gráfico 2: Participação do 1% de pessoas mais ricas no produto interno de países selecionados.



Fonte: World Top Incomes Database *apud* Skidelsky e Skidelsky, 2012.

A inversão da participação econômica e absorção de mão de obra entre indústria e serviços da época de Keynes aos dias atuais, bem como a diferença das remunerações entre os dois setores e a dificuldade de sindicalização no setor de serviços, alinhada à deterioração geral da tela de direitos trabalhistas na história recente de grande parte dos países, contribuem, em larga medida, para que as camadas ditas inferiores do mercado de trabalho vejam-se obrigadas a trabalhar *mais*, e não menos, para escapar à pobreza (SKIDELSKY; SKIDELSKY, 2012).

Entretanto, por outro lado, o que levou à frustração das possibilidades auguradas por Keynes, foram, em essência, tanto os aspectos políticos, quanto os culturais, que sempre eclodiram na esfera econômica das relações capitalistas.

Políticos, pois, todos e quaisquer frutos oriundos dos progressos técnicos em Keynes, está sem a devida atenção aos aspectos da luta de classes que sempre permeou a expropriação do mais-trabalho produzido e o valor da força de trabalho, ou, em outras palavras, na luta pela definição sobre a jornada de trabalho historicamente constituída entre classe trabalhadora e classe capitalista¹³. Nada impede, contudo, que os aspectos políticos se entrelacem à cultura nas sociedades capitalistas – sobretudo, as subordinadas economicamente –, ou também com aspectos da alienação conforme a história em diferentes países. Estes aspectos, ao nosso ver, se tornam entraves que dificilmente serão sobrepujados em sua totalidade nas relações sociais de produção capitalista.

Desenvolvimento para os trabalhadores

Um ideal de desenvolvimento econômico como algo que demuda e expanda a estrutura produtiva e a base que a sustenta sob a égide do capitalismo, e que venha a atender as demandas sociais e dos trabalhadores de maneira efetiva, bem como tenha a capacidade de resolver os conflitos políticos envolvidos, ou seja, a luta de classes, parece não fazer parte dos discursos das organizações mundiais ou até mesmo locais, tampouco ser uma opção nos tempos recentes de sanha do capital¹⁴. Mais do que isso, parece ser incompatível com o processo de globalização do capital em que vivemos nos tempos recentes.

Em meio à crise estrutural do capital, e com a distorção dos discursos sobre o que é desenvolvimento econômico, principalmente após a vinda do espectro neoliberal, as mudanças que viessem a atender melhoras na estrutura do mercado de trabalho, e que acompanhassem melhoras na proteção social aos trabalhadores, parecem ser inviáveis para certo grupo de economistas e para o grande capital. A alternativa para ambos é a de aprofundar a heterogeneidade do mercado de trabalho e aumentar a expropriação por parte do grande capital da taxa de mais-trabalho através da reforma trabalhista a fim de supostamente garantir a volta de um crescimento econômico. Atendendo a estas condições de exploração do trabalho e de estrutura do mercado de trabalho, dentre outras condições econômicas e sociais não tão menos relevantes, os problemas de uma economia subordinada mundialmente estarão resolvidos ou no mínimo se resolvendo.

Diante da observação das relações econômicas recente entre os países e as falhas no ensaio de Keynes, com ênfase nos conflitos políticos, culturais e sociais envolvidos, cujos Keynes não deu a devida atenção, observamos a

13 Ver em Fracalanza e Corazza (2013, p. 84) a centralidade dos problemas políticos: “Cumprido, portanto, trazer ao centro da cena a dimensão política da luta sobre a definição da jornada de trabalho nos termos que Marx empregou, qual seja, que as formas de regulamentação da jornada de trabalho apresentam-se, historicamente, como uma luta multissecular travada pela classe trabalhadora, de um lado, e pela classe capitalista, de outro, pela definição dos limites da duração da jornada de trabalho”. Nada impede, contudo, que a crítica venha sob o prisma econômico, isto é, para além da superestrutura política, se observado o caso brasileiro. Isso se insere na densa constatação entre os intelectuais de que as “nações” de origem colonial não constituíram em aspectos essenciais uma vida material aos moldes do capitalismo originário.

14 Ver alguns aspectos deste argumento em Chang (2010).

impossibilidade dos presságios do autor ocorrerem no modo de produção capitalista. E, por outro lado, em virtude da ordem mundial atual de relações econômicas, da nova divisão internacional do trabalho e do acirramento da luta de classes, questionamos a capacidade do capitalismo de manter a vida econômica e social dos trabalhadores minimamente civilizada.

Assim, a pergunta que aqui instiga a reflexão repousa em que: nos momentos de crise, quando geral e somente então se questiona sobre o atual estado das coisas, a indubitável fé keynesiana no sistema tal qual era e continua a ser, é, ainda, inabalável a ponto de que continue se apresentando como única e capaz de acolher a *legítima* ideia do que temos como desenvolvimento para a classe trabalhadora e *liberdade possível aos nossos netos*?

Referências Bibliográficas

CASTRO, J. G. I. **Flexibilización Laboral: um análisis de sus efectos sociales para el caso colombiano**. Revista Equidad y Desarrollo n.1, 2003.

CHANG, H-J. *Hamlet without the Prince of Denmark: How development has disappeared from today's 'development' discourse*. In: KHAN, S; CHRISTIANSEN, J. (eds.). **Towards New Developmentalism. Market as a means rather than master**. Londres e Nova York: Routledge, 2010.

FRACALANZA, P. S.; CORAZZA, R. I. **Impossibilidades Econômicas para Nossos Netos**. Revista da ABET, vol. 12, nº 2, 2013.

GRUPPI, L. **Conceito de hegemonia em Gramsci**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

GT REFOMA TRABALHISTA. **Dossiê Reforma Trabalhista**. Campinas: IE/Unicamp, 2017.

INSTITUT DE RECHERCHES ECONOMIQUES ET SOCIALES (Ires). **Les Mutations de l'Emploi en France**. Paris, La Découverte, 2005.

KEYNES, J. M. Economic Possibilities for our Grandchildren (1930). In: KEYNES, J. M. **Essays on Persuasion**. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

_____. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro: inflação e deflação** (1936). São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARINHO, R. **Relatório da Comissão Especial destinada a proferir pa-**

recer ao projeto de lei n. 6.787/2016, de abril/2017.

MARX, K. **O Capital. Crítica da Economia Política. O processo de produção do capital.** Volume I. Livro Primeiro. Tomo 1. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1985.

MARX, K. **O Capital. Crítica da Economia Política. O processo de produção do capital.** Tomo 2. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1985a.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transação.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A Teoria da Alienação em Marx.** São Paulo: Boitempo, 2006.

SKIDELSKY, E; SKIDELSKY, R. **How Much is Enough? Money and the good life.** New York: Other Press, 2012.